



## **“REMETO POR ORA HUM CAIXOTINHO”: AS CURIOSIDADES DA AMÉRICA PORTUGUESA NAS CARTAS DO VICE-REI 2º MARQUÊS DO LAVRADIO**

**Adriana Angelita da Conceição\***

**Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/FAPESP**

**[adrianaangelitac@yahoo.com.br](mailto:adrianaangelitac@yahoo.com.br)**

**RESUMO:** Os impérios ultramarinos impulsionaram grandes mobilidades humanas, de saberes e de curiosidades. Com isso, o governo a distância demandou uma imensa produção escrita, especialmente, de cartas. O objetivo deste texto será perpassar os estudos de história natural no século XVIII, no espaço da América portuguesa, através do intercâmbio epistolar entre D. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (vice-rei do Brasil de 1769 a 1779), e Pedro José de Noronha, marquês de Angeja. Assim, esta troca de cartas será analisada através da história social da cultura escrita, nos interessando as *cousas curiosas* que Lavradio relatou e enviou a Angeja, junto da fundação da Academia Científica do Rio de Janeiro em 1772.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cultura Escrita – História Natural – Vice-Rei 2º Marquês Do Lavradio

## **“REMETO POR ORA HUM CAIXOTINHO”: THE CURIOSITIES OF PORTUGUESE AMERICA IN THE LETTERS OF THE VICEROY 2<sup>ND</sup> MARQUIS OF LAVRADIO**

**ABSTRACT:** The overseas empires boosted major human mobility, knowledge and curiosities. Because of that, the government afar demanded a huge written production, specially, of letters. The objective of this article is to analyze the natural history studies in the 18<sup>th</sup> century, in the Portuguese America's space, through the epistolary exchange between D. Luís de Almeida, 2<sup>nd</sup> marquis of Lavradio (Brazil's viceroy between 1769 and 1779), and Pedro José de Noronha, marquis of Angeja. Thus, this exchange of letters will be analyzed through the social history of written culture, we're interested in the curious things that Lavradio reported and sent to Angeja, along with the foundation of Rio de Janeiro's Scientific Academy in 1772.

**KEYWORDS:** Written Culture – Natural History – Viceroy 2<sup>nd</sup> marquis of Lavradio

---

\* Doutora em História pela Universidade de São Paulo USP. Atualmente, realiza estágio de pós-doutorado na UNICAMP, com pesquisa financiada pela FAPESP

Durante a idade moderna as cartas e outros papéis manuscritos e impressos garantiram a circularidade dos modos de governar, das sociabilidades e das mais variadas notícias de *cousas* desconhecidas aos europeus e pertencentes aos três reinos estudados na época: vegetal, animal e mineral. Nas palavras do historiador Anthony John R. Russell-Wood, “existiu um verdadeiro intercâmbio num contexto intercultural e de fecundação entre povos europeus e não europeus e na qual os portugueses tiveram um papel pioneiro”.<sup>1</sup> A proposta deste texto será apresentar, em três partes, a análise de uma específica prática de escrita de cartas e sua relação com o envio de *curiosidades*. Nas duas primeiras etapas, se dialogará com a história da cultura escrita voltada à análise da correspondência do vice-rei D. Luís de Almeida, 2º Marquês do Lavradio, durante sua permanência no Brasil de 1768 a 1779. Por fim, e compreendendo a maior parte do texto, se apresentará a troca epistolar, na sua *relação pendular*, entre Lavradio e o Marquês de Angeja, Pedro José de Noronha, destacando-se uma das principais motivações desta *conversa a distância*: as curiosidades naturais da América portuguesa.<sup>2</sup>

## CULTURA ESCRITA E PRÁTICA EPISTOLAR

O processo de criação da palavra escrita esteve relacionado ao anseio de comunicar a distância, sem a presença humana como veículo. Portanto, a historicidade das cartas está intrinsecamente ligada à da escrita. Com a expansão ultramarina, no início da idade moderna, as cartas receberam importante destaque como sociabilidade de informação – no espaço público, com os governos continentais, e nos privados, com as famílias afastadas pelos grandes deslocamentos humanos. Nas análises do historiador John Elliot, os administradores ultramarinos ficaram “acorrentados por cadeias de papel ao governo central da Espanha”, o que ocorreu também em Portugal. Segundo Elliot, a pena, a tinta e o papel – materializadores da prática epistolar – foram “instrumentos com que a coroa espanhola respondia aos inéditos desafios da distância implícitos na posse de

---

<sup>1</sup> RUSSELL-WOOD, Anthony Jonh R. **Um mundo em movimento**: Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998. p. 16.

<sup>2</sup> As primeiras considerações sobre esta pesquisa foram apresentadas no V Congresso Internacional de História, em 2011, na cidade de Maringá. Cf. CONCEIÇÃO, Adriana Angelita. **Meu primo, meu amigo e meu senhor...** As sociabilidades das cartas trocadas entre D. Luis de Almeida (marquês do Lavradio) e Pedro José de Noronha (marquês de Angeja) - século XVIII. 2011. Trabalho apresentado ao I Congresso Internacional de História, Maringá, 2011. Não publicado.

um império de amplitude mundial”.<sup>3</sup> Para o estabelecimento e concretização do governo imperial muitas horas foram destinadas à escrita.

Em 1758 o frei espanhol Pedro José García Balboa, com o pseudônimo de Martín Sarmiento, publicou a obra **El porque sí y porque no**, com o objetivo de responder às inúmeras contestações que recebeu diante de sua atitude de viver recluso no quarto de uma comunidade religiosa em Madri. A decisão decorreu de variadas divergências, assim, como resposta ao público, justificou a decisão, indicando sentir-se desrespeitado, diante das inusitadas *visitas* que recebia. Para Sarmiento, as cartas eram semelhantes às visitas, entretanto, “son unas visitas por el correo. Por esta razon los que censuran mi conducta en ordén á las visitas, estiran tambien esa censura á las cartas”.<sup>4</sup> O frei gostaria de ser respeitado diante da opção de não receber visitas, pessoalmente ou por papel. A constatação de Martín Sarmiento apresenta que ao ser composta e/ou recebida, a missiva representava o ausente, o outro, materializado na palavra escrita. Para Valenzuela y Castillejo, autor de um compêndio com formulações para a escrita epistolar publicado no século XVII e reeditado no seguinte, a carta era uma arte espetacular, “que hace volar los pensamientos de una á otra parte del Mundo”.<sup>5</sup> De acordo com Antonio Castillo Gómez, destacado historiador da cultura escrita, foi considerável a divulgação, impressa e manuscrita, de manuais que se propunham ao ensino da escrita de cartas, sobretudo, nos detalhes voltados à retórica epistolar, evidenciando as ordens sociais vigentes.<sup>6</sup>

As correspondências acompanharam as novas técnicas de comunicação que se estabeleceram ao longo do oitocentos. O literato Pedro Salinas, escrevendo no início do século XX, argumentou que as missivas precisavam de defesa, pois, seria impossível imaginar um mundo sem cartas e que fosse repleto de fórmulas abreviadas e apressadas, o que resultaria em um mundo sem arte e graça. Salinas temia o mundo dos telegramas, que nesta época despontavam como eficiente meio de comunicação. Com isso, escreveu

---

<sup>3</sup> ELLIOTT, J. H. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. América Latina Colonial. São Paulo: EDUSP; Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. p. 287. v. I

<sup>4</sup> SARMIENTO, Martín. **El porque sí y porque nó, del P. Martín Sarmiento**: satisfacción crítico-apologética de su conducta. Madrid, 1758. p. 139.

<sup>5</sup> CASTILLEJO, Juan Pérez de Valenzuela. **Nuevo estilo y formulario de escribir cartas misivas y responder a ellas**. 1747. f 2v. (cópia manuscrita).

<sup>6</sup> GÓMEZ, Antonio Castillo. “Me alegraré que al recibo de ésta..”. Cuatrocientos años de prácticas epistolares (siglos XVI a XIX). **Manuscrits** - Revista d'història moderna – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, n. 29, pp. 19-50, 2011.

longas páginas em defesa da correspondência, indicando que estas permitiam sensíveis relações: “un entenderse sin oirse, un quererse sin tactos, un mirarse sin presencia, en los trasuntos de la persona que llamamos, recuerdo, imagen, alma”.<sup>7</sup>

As notícias e as curiosidades, no século XVIII, circularam com certa eficiência, vencendo as intempéries marítimas e terrestres, comunicando no Rio de Janeiro eventos transcorridos em Goa, por exemplo. Muitas *relações de sucesso*, que seriam escritos de fatos ocorridos, sem periodicidade e que carregavam o objetivo de informar e distrair, conforme apresenta a historiadora Ana Paula Torres Megiani, circularam com grande divulgação ao longo dos séculos XVI e XVII, “antecedendo as *Gazetas* manuscritas e impressas, que vieram substituí-las, parcialmente, a partir da segunda metade do seiscentos”, embora, as *relações* continuassem ativas até o século XIX.<sup>8</sup> A autora ainda aponta que semelhante à arquitetura e às obras de arte que compõem a memória de “culturas da edificação, as narrativas e notícias escritas que correram os mares em meio a peças escravas, ouro e especiarias durante os séculos XVI e XVII formam o edifício de papéis que não se encontra erigido a partir de corolários tratadísticos e padrões estéticos”.<sup>9</sup> Com intensa mobilidade, as notícias e os acontecimentos dos distintos pontos do globo terrestre, a partir do século XV, foram depositadas em relações, gazetas, crônicas, mas, também, e de modo veemente, nas cartas, atingindo todos os que indiretamente ou de modo direto, tivessem contato com o mundo da escrita.

Os estudos da história da cultura escrita, especialmente, os empreendidos por pesquisadores como o italiano Armando Petrucci e os espanhóis Fernando Bouza e Antonio Castillo Gómez indicam que a problematização da materialidade da escrita junto às significações alcançadas nos diferentes espaços sociais e nas distintas temporalidades são aspectos cruciais para as análises da história da cultura escrita. De acordo com Castillo Gómez, é necessário compreender os desdobramentos dos estudos da cultura escrita através de três histórias que avançaram de modo paralelo: “la historia de las normas, de las capacidades y de los usos de la escritura; la historia de los libros o, más ampliamente,

---

<sup>7</sup> SALINAS, Pedro. **El defensor**. Madrid: Alianza Tres, 1983. p. 29.

<sup>8</sup> MEGIANI, Ana Paula Torres. Contar coisas de todas as partes do mundo: as *Relaciones de Sucesos* e a circulação de notícias escritas no período filipino. In: ALMEIDA, Suely C. C. de; SILVA, G. C. de M.; RIBEIRO, Marília de A. (Orgs). **Cultura e sociabilidades no mundo atlântico**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 473.

<sup>9</sup> MEGIANI, Ana Paula Torres. Das palavras e das coisas curiosas: correspondência e escrita na coleção de notícias de Manuel Severim de Faria. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 24-47, 2007. p. 39.

de los textos manuscritos e impresos (y electrónicos, habría que añadir ya); y la historia de las maneras de leer”.<sup>10</sup> Deste modo, as análises da cultura escrita estão envolvidas pelos estudos de práticas, discursos e representações. Neste texto, o interesse de investigação concentra-se na *prática* de escrita de cartas de um homem preparado para ser representante do rei no além-mar. Entretanto, cada epistológrafo, mesmo que inserido em um espaço de práticas de escrita orientadas, muitas vezes, pelos *discursos* dos manuais e formulários epistolares, fez da escrita um momento singular, no qual, papel e pena materializaram e *representaram* uma prática de comunicação – interligando *novo* e *velho* mundo, de modo a garantir a circulação de uma rica diversidade de informações.

## O 2º MARQUÊS DO LAVRADIO: CARTAS E CURIOSIDADES

Ao longo das carreiras ultramarinas os governadores e vice-reis produziram uma vasta massa documental que passou por processos de conservação ligados aos interesses das monarquias.<sup>11</sup> Por outro lado, muitas cartas particulares e também públicas foram preservadas por meio de intenções pessoais. O caso do morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, governador da capitania de São Paulo de 1765 a 1775, é peculiar, segundo Heloísa Liberalli Bellotto, diante da prática de conservação que praticou.<sup>12</sup> Entretanto, o Marquês do Lavradio também exerceu práticas semelhantes.

A conservação da correspondência ativa de D. Luís de Almeida está intrinsecamente imbricada à produção dos *livros de copiador* – livros com o registro da correspondência ativa, pública e particular.<sup>13</sup> Diante da vastidão de cartas enviadas por D. Luís de Almeida, quantificadas em centenas, atualmente custodiadas em instituições de guarda documental no Brasil e em Portugal, são ínfimos os exemplos de missivas passivas. Lavradio se preocupou com a escrita produzida e menos atenção ofereceu às cartas recebidas, ao organizar, junto de seus secretários, os livros copiadores. Mas, a

---

<sup>10</sup> GÓMEZ, Antonio Castillo. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n. 5, jan – jun, p. 108, 2003.

<sup>11</sup> O estudo da portuguesa Ana Canas aborda a questão da conservação documental do império. Cf.: MARTINS, Ana Canas Delgado. **Governança e Arquivo. D. João VI no Brasil**. Lisboa: Instituto do Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2007.

<sup>12</sup> Cf.: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Nem o tempo, nem a distância: correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-98)**. Lisboa: Aletheia, 2007. p. 16.

<sup>13</sup> Livros de copiador, *códice registro*, são livros originariamente em branco que foram preenchidos, neste caso, pelos secretários de D. Luís de Almeida, conforme as cartas foram escritas.

organização destes, com as cartas públicas, pode ser considerada uma prática rotineira durante uma estada ultramarina de governo. Porém, a principal especificidade de Lavradio, em relação à produção documental de sua administração, consiste na organização de copiadores para as cartas particulares, definidas por ele como *cartas de amizade*.<sup>14</sup> O Arquivo Nacional do Brasil custodia esta correspondência, reunida em dois códices somando 557 missivas exclusivas de amizade.<sup>15</sup> Nestes códices constam as cartas enviadas ao Marquês de Angeja.

Em abril de 1768 Lavradio chegou à América portuguesa para ser o governador e capitão-general de mar e terra da capitania da Bahia e escreveu, aos amigos e parentes em Lisboa, suas primeiras impressões. Em carta ao conde de São Paio, de janeiro de 1769, descreveu com assombro a população:<sup>16</sup> “achei estes povos quasi no mesmo estado que quando Se fez a descoberta deste novo mundo”.<sup>17</sup> Ao finalizar a escrita, refletiu sobre como gostaria de conduzir sua administração: “Aqui á bastantes Generos de *que* Se podia fazer defrentes ramos de Comercio, não Só ficando mais *utilidade* a estes povos, mas tendoa tambem a Fazenda de *Sua Magestade* porem isso não Se pode fazer tudo de huma vez”.<sup>18</sup> Ao conde de Prado, em dezembro de 1768, observou: “Este *país* o achei com pouco mais adiantamento que aquelle que lhe estabaleceu Pedro Álvarez Cabral quando fez a descoberta desta conquista”<sup>19</sup> – definindo a Bahia como um lugar estagnado e que pouco tinha mudado desde a chegada dos portugueses. Nestes trechos, identifica-se os primeiros registros de Lavradio com referência ao espaço natural e as suas possibilidades de rendimento.

---

<sup>14</sup> Embora esteja além das intenções deste texto, é preciso considerar que não se pode analisar a escrita de Lavradio, definida por ele como de amizade, como uma escrita privada e íntima, conforme se compreende a privacidade, a partir do século XIX. Segundo Leila Algranti “a distinção clássica entre público e privado não se aplica à vida colonial antes do final do século XVIII e início do XIX e, ainda assim, só de forma muito tênue, pois o privado assume conotações distintas daquelas adequadas à nossa sociedade atual”. Cf.: ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.) **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 89. v. I

<sup>15</sup> Os códices 1095 e 1096 foram editados como **Cartas da Bahia** e **Cartas do Rio de Janeiro** em três etapas, em 1972, 1975 e 1978. Neste texto, a análise foi realizada através dos códices originais.

<sup>16</sup> As transcrições mantiveram a gramática, a ortografia e a pontuação dos originais. Para facilitar a leitura, desenvolveu-se as abreviaturas, indicando o *desenvolvimento* com a marcação em itálico – no original m.<sup>10</sup>, na transcrição, *muíto*. Mas, manteve-se a abreviatura de V. Ex.<sup>a</sup>: Vossa Excelência.

<sup>17</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Códice 1095 – Correspondência do 2º marquês do Lavradio, 1768-1772**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, f. 45v.

<sup>18</sup> *Ibid.*, f. 46 – f. 46v.

<sup>19</sup> *Ibid.* f. 34.



D. Luís de Almeida enviou a Portugal o que considerava curioso. Em setembro de 1769, quando estava prestes a se deslocar para o Rio de Janeiro – ao ser nomeado vice-rei do Brasil, assumindo o cargo em novembro daquele ano e permanecendo até 1779 – escreveu ao amigo e vigário da vara da vila de Cascais, Antônio dos Santos Barbosa, “Vai hum Maquaquinho e húa Àrara, se chegarem vivos estimarey, que elles saibão fazer os mais polidos comprimentoz e festas a *Senhora* Maria Barboza a *quem* eu muito tambem me recomendo”.<sup>20</sup> No dicionário setecentista de Rafael Bluteau a curiosidade é definida como o “desordenado desejo de ver, ou de saber cousas novas”, e o curioso como a “aplicação dos que investigaõ cousas occultas”.<sup>21</sup> O que os europeus desconheciam da América provocava curiosidade e, como ver-se-á, representava também a possibilidade de exploração de recursos rendáveis às coroas.

O Marquês do Lavradio enviou e também recebeu curiosidades. Em 1769 o governador de Angola, Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, escreveu manifestando contentamento pela notícia do sucesso da travessia do Atlântico do vice-rei. Mas, a principal motivação da carta era uma recomendação, “Nesta ocasião vay a Nau Santa Roza do Capitam Manoel Gomes da Silva, na qual mando huma zebra para S. Magestade, huns viveiros de Passaros, e o Ferro que consta dos seus conhecimentos”.<sup>22</sup> Sousa Coutinho rogou que Lavradio “na primeira ocasião que se oferecer para Lisboa, com as comodidades precisas” enviasse a zebra, os pássaros, o ferro e muitas vias de cartas. Em relação ao exótico animal, ainda informou que Luís da Silva Pinto mandaria fazer “huma Manta, e cabeçada para a dita zebra chegar com decencia a Real Prezança, e rogo a V. Ex.<sup>a</sup> queira ordenar ao capitam que a conduzir, que a nam deixe saltar em Terra, sem este adorno”. O governador de Angola pretendia que a zebra chegasse na presença de D. José I ornamentada para que o animal inferisse as melhores impressões. Ao se analisar a correspondência de Lavradio a Sousa Coutinho não se identificou qualquer menção à zebra. Este episódio indica o quanto o Atlântico propiciou a travessia de pessoas, de

---

<sup>20</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Códice 1095 – Correspondência do 2º marquês do Lavradio, 1768-1772*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, f. 139v.

<sup>21</sup> BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez & Latino, aulico, anatomico, rchitectonico (...)*. Coimbra, 1712 – 1728. p. 643. Dicionário digitalizado e disponível em [www.ieb.usp.br](http://www.ieb.usp.br)

<sup>22</sup> INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIRAS. *Ofício de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, governador de Angola, a D. Luís de Almeida (...)*, marquês do Lavradio, queixando-se do rigor climático africano e tratando de assuntos particulares. *Códice 83, Documento 224*. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiras, Coleção Alberto Lamego.

animais e de plantas, através de experiências singulares e originadas por distintos objetivos. Segundo Russell-Wood, “D. João II, o *Príncipe Perfeito*, foi apenas o primeiro de uma longa lista de monarcas portugueses fascinados pela fauna e pela flora da Ásia, da África e da América”.<sup>23</sup>

O Marquês do Lavradio dedicou-se com constância à prática epistolar, fosse escrevendo ou ditando missivas aos secretários que o acompanharam nas funções administrativas. Inúmeras cartas de ofício foram destinadas aos representantes do rei no que dizia respeito ao espaço colonial – Marquês de Pombal e Martinho de Melo e Castro. Mas, as sociabilidades da vida particular de D. Luís também receberam a sua atenção. Foram centenas de cartas enviadas fora do circuito público, motivadas pela necessidade de saber da família, dos amigos, de como estava sua imagem na corte, além do anseio por notícias do império português e da Europa.

#### **D. LUÍS DE ALMEIDA, MARQUÊS DO LAVRADIO, E PEDRO JOSÉ DE NORONHA, MARQUÊS DE ANGEJA: ENTRE CARTAS E CURIOSIDADES**

D. Luís de Almeida e Pedro José de Noronha viram os pais, no início do século XVIII, partirem de Lisboa com a missão de ocupar o cargo de vice-rei do Brasil. Diferente de Angeja, Lavradio seguiu os caminhos do progenitor e em 1768 tomou posse do governo da Bahia, que desde 1763 não era mais a capital do Brasil, transferida para a capitania do Rio de Janeiro. Separados pelo Atlântico a amizade de Angeja e Lavradio foi garantida pela *escrita pendular* que estabeleceram. A troca de cartas, conforme apontou Heloísa Bellotto, é uma relação pendular, “o que não impede que haja cartas unilaterais. Entretanto, poderiam estas ser consideradas como ‘correspondência’, negando a sua própria bilateralidade?”<sup>24</sup> As cartas são marcadas por relações bilaterais ao se ocuparem da função de comunicar, pois, quem escreve, aguarda um retorno. Nos estudos históricos nem sempre existe a possibilidade de percorrer a trajetória completa de uma missiva – envio e resposta. Mas, nesta análise, após pesquisas em instituições de guarda documental no Brasil e em Portugal, identificou-se algumas relações escritas pendulares entre Lavradio e Angeja. Na Biblioteca Nacional de Portugal localizou-se 11

---

<sup>23</sup> RUSSELL-WOOD, Anthony Jonh R. **Um mundo em movimento**: Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998. p. 275.

<sup>24</sup> BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Nem o tempo, nem a distância**: correspondência entre o Morgado de Mateus e sua mulher, D. Leonor de Portugal (1757-1798). Lisboa: Aletheia, 2007. p. 8.



cartas originais de Pedro José de Noronha destinadas a Lavradio, abrangendo o período de abril de 1770 a setembro de 1778. Estas podem ser consideradas raras nos estudos do epistolário de D. Luís de Almeida, considerando a particularidade do envio de curiosidades.

O início da relação epistolar de Lavradio e Angeja foi motivado pelo casamento dos filhos. Saudando Pedro José – “Meu Primo, meu Amigo, e meu *Senhor*” – Lavradio escreveu: “a VEx.<sup>a</sup> não Será novo o quanto sempre me foy estimavel a Liança com a caza de VEx.<sup>a</sup>”.<sup>25</sup> D. Luís de Almeida acrescentou que havia felicitado a filha pela união e que o mesmo fazia com Angeja – “a quem espero *minha* filha Saiba agradecer, e merecer a escolha que VEx.<sup>a</sup> fes della”.<sup>26</sup> O tema das uniões da prole foi pertinente nas cartas de Lavradio que ao se ausentar de Lisboa deixou as filhas e o primogênito em idade de casamento. Mas, mesmo distante, interveio nos desdobramentos destes valiosos acordos que representavam importantes junções entre as casas nobiliárquicas portuguesas. Neste caso, o casamento de José Xavier de Noronha Camões de Albuquerque de Sousa Moniz, conde de Vila Verde, futuro 4º Marquês de Angeja, com Francisca Teresa de Almeida, filha de Lavradio.<sup>27</sup>

Como governador da Bahia, D. Luís de Almeida escreveu duas cartas a Angeja abordando a questão da união dos filhos e o tema das curiosidades não foi mencionado. Mas, ainda na Bahia, enviou missiva a Paulo de Carvalho e Mendonça, irmão do Marquês de Pombal. Nesta, após os cumprimentos mais eloquentes, anunciou que enviaria laranjeiras de umbigo, emas e garças para a quinta de Belém, e caso lá já constassem, sugeriu que fossem encaminhadas a Oeiras.<sup>28</sup> Desde que chegou à América, Lavradio dedicou-se a preparar mudas para enviá-las a Portugal – prática que se tornou mais pertinente quando foi nomeado vice-rei.

D. Luís chegou ao Rio de Janeiro em outubro de 1769 e escreveu a primeira carta a Angeja em setembro do ano seguinte, comentando os males que passava do estômago

---

<sup>25</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Códice 1095 – Correspondência do 2º marquês do Lavradio, 1768-1772.** Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, f. 84.

<sup>26</sup> Ibid., f 84.

<sup>27</sup> Para mais informações referentes aos casamentos nobiliárquicos consultar: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII. **Análise Social.** Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, v. 28, n. 123-124, p. 921-950, 1993.

<sup>28</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Códice 1095 – Correspondência do 2º marquês do Lavradio, 1768-1772.** Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, f 92.

e da cabeça, além de indicar desolação pela ausência de notícias do amigo. Manifestou o desgosto de ver o *pacto epistolar* transgredido, já que a cada missiva enviada o vice-rei aguardava uma resposta. Mais de um ano se passou até que tivesse em mãos uma carta de Angeja. O recebimento desta representou imensa alegria, pois noticiava o nascimento do primeiro neto e que Francisca estava bem de saúde. Passados alguns meses, Lavradio retomou a *conversa* com Angeja. Em março de 1772, com uma longuíssima missiva, abordou o que seria a principal temática da troca epistolar entre ambos: as valiosíssimas curiosidades da América – “Como V.Ex.<sup>a</sup> se intereça de couzas desta natureza devo dar a V. Ex.<sup>a</sup> a noticia q vendo eu o pouco cazo q na America se fazia das Suas perciozidades q não fosem ouro, ou diamantes”.<sup>29</sup> Para Lavradio, o Brasil possuía infinitos tesouros pouco explorados e que podiam remediar moléstias e achaques, considerando a qualidade de plantas, raízes, óleos, balsamos e gomas “de q he cheyo este Contiente, no qual a mayor parte são desconhecidos, e algúas q já se conhecem se não tem comonicado a mais parte alguma, e a estes lhe dão uzos muito improprios dos q devião ter”.<sup>30</sup> Para o vice-rei as preciosidades coloniais podiam proporcionar bons frutos a Portugal, como a cura de doenças e a possibilidade de novas culturas agrícolas.

Durante a administração de D. Luís de Almeida o mundo natural foi uma constante preocupação. Este anseio não foi exclusivo de Lavradio e fez parte das mudanças que aconteciam em Portugal. No reinado de D. José I e de seu ministro Marquês de Pombal foram efetivadas medidas que acarretaram em mudanças, como as ocorridas na Universidade de Coimbra com a aprovação de um novo estatuto, em 1772. Diferentes princípios passaram a reger as faculdades, nos interessando a substituição da Faculdade de Artes, pela de Filosofia, que, segundo a historiadora Ana Rosa Cloquet da Silva, foi dividida em dois ramos, “no primeiro ano, *Filosofia racional e moral* - dividida em Lógica, Matemática e Ética – e nos três anos seguintes a *Filosofia natural* - composta pela História natural dos três reinos, pela Física experimental e pela Química filosófica e médica”.<sup>31</sup> A reforma também abrangeu o *exercício prático*, fundamentado pela criação de distintos “estabelecimentos anexos à Universidade, destacando-se o Jardim Botânico,

---

<sup>29</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Códice 1095 – Correspondência do 2º marquês do Lavradio, 1768-1772*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, f. 331v.

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> SILVA, Ana Rosa Cloquet da. A Formação do homem-público no Portugal setecentista: 1750-1777. *Revista Intellectus*, Rio de Janeiro, v. II, ano 02, p. 21, 2003.

o Laboratório Químico, o Museu Natural, o Dispensatório Farmacêutico, o Hospital e o Observatório Astronômico, de modo a viabilizar o desenvolvimento científico”.<sup>32</sup> Os experimentos voltados à formação do Jardim Botânico e do Museu Natural estavam ligados às curiosidades dos espaços ultramarinos. Conforme afirmou Russell-Wood, o Real Museu e o Jardim Botânico foram criados “com o objetivo específico de estudar as culturas tropicais e a agronomia”.<sup>33</sup>

O sentido pragmático do saber – de essência Iluminista –, conforme destaca Clochet da Silva, viabilizou a instrução de homens para o exercício prático “na solução de questões prementes, que fizessem da ciência e da ética nas quais eram versados, aliados incontestáveis na execução de reformas comprometidas, em todos os níveis, com a preservação do regime político e da ordem social vigentes”.<sup>34</sup> Na década de 60 do século XVIII, a América portuguesa viveu acentuada crise econômica: redução constante da mineração, oscilações no mercado açucareiro e os conflitos de fronteira na América meridional, entre Portugal e Espanha. Com isso, a política portuguesa empregou *medidas fomentistas*, conforme definiu o historiador Arno Wehling, que visavam, de modo geral, revalorizar a agricultura, estimular a mineração (inclusive de novos metais), e a introdução de novas culturas (algodão, arroz, anil, cochonilha e linho).<sup>35</sup> A recuperação econômica de Portugal foi o grande objetivo da política fomentista, após 1770, que apenas se tornaria viável se “fosse superado o déficit da balança comercial e revalorizado o Brasil. Sob o signo intelectual da Ilustração, e mais particularmente da influência fisiocrática, o fomento tomaria duplo aspecto, agrário e industrial”, através da substituição dos produtos importados por alternativas de exploração colonial.<sup>36</sup>

Na carta de março de 1772 Lavradio informou sobre a fundação da Academia Científica do Rio de Janeiro – como ficou posteriormente conhecida – ligada à Academia Real das Ciências da Suécia, onde atuava o importante naturalista Carlos Lineu. Escreveu

---

<sup>32</sup> Ibid., p. 21-22

<sup>33</sup> RUSSELL-WOOD, Anthony Jonh R. **Um mundo em movimento**. Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998. p. 267

<sup>34</sup> SILVA, 2003, op. cit., p. 26

<sup>35</sup> WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 316, jul-set, p. 185, 1977.

<sup>36</sup> WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 316, jul-set, p. 208, 1977.

D. Luís: “rezolvime a fazer hum ajuntamento de Medicos, Cyrurgioens Botanicos, Farmaceuticos, e Alguz curiozos, asim desta *Capital*, como dos Certoens desta *Capitania*”, para formar “huá Assembleia, ou Academia *para Se examinarem todas as Couzas q. Se poderem incontrar neste Continente pertencentes aos 3 Reynos, Vegital, Animal, e Mineral, fazendo-se-lhe todas as Analizes, e mais observaçoéns q couberem no posivel*”.<sup>37</sup> A missão da academia compreendia a oferta mensal de notícias sobre as descobertas – “parecendome q deste modo poderei conseguir fazer ao *Estado* e a *Patria*, não Só um Serviço utiLissimo”.<sup>38</sup> Lavradio compartilhou com Angeja que não almejava o engrandecimento pessoal, ao apoiar a fundação da academia, mas a possibilidade de ser útil ao estado – reafirmando uma tópica presente em muitas cartas de administradores ultramarinos, que consistia na afirmação de que tudo era realizado para o rei. Entretanto, tais ações também provocavam reconhecimento pelo serviço e garantiam honras e mercês no retorno a Portugal. Neste sentido, para Fernando Olival, a justiça distributiva representava “um dos alicerces fundamentais” da monarquia portuguesa, pois, “através dela garantiam-se os privilégios, que definiam os diferentes corpos do Reino, ao mesmo tempo que o Príncipe assegurava a obediência e o amor dos seus vassalos, indispensáveis no serviço”.<sup>39</sup>

O vice-rei projetava a reunião de um saber da flora e da fauna do Brasil. Segundo o historiador Paulo César dos Reis, a academia não publicou um jornal ou revista, mas, os estudos circularam através de manuscritos e da publicação de memórias, tais como as “*Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa* como o caso da *Memória sobre Guaxima* escrita por José H. Ferreira e nas *Memórias de História Natural, de Química, de Agricultura, Artes e Medicina* escrita por Manuel J. H. de Paiva”.<sup>40</sup> César dos Reis destacou que o médico Ribeiro Sanches foi um grande divulgador dos estudos da academia e produziu memórias sobre a produção agrícola da colônia.<sup>41</sup> As aspirações

<sup>37</sup> ARQUIVO NACIONAL. *Códice 1095 – Correspondência do 2º marquês do Lavradio, 1768-1772*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, f. 331v. – f. 332.

<sup>38</sup> *Ibid.*, f 332.

<sup>39</sup> OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001. p. 20.

<sup>40</sup> REIS, Paulo César dos. *Ciência e Saberes no Rio de Janeiro setecentista: o caso da academia científica do Rio de Janeiro (1771-1779)*. Selo Verde, 2010. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/00154101295bdf8ebd71a>. Acesso em 15 de junho de 2014. p. 89.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 89.

de D. Luís de Almeida, ao apoiar este intento, eram ambiciosas. Pretendia que os portugueses deixassem de “passar *pela* vergonha de q os Estrangeiros sejam só os q nos instrução, e se aproveitem destas *perciosidades* que nós temos, mas que nós posamos ser os q os instruâmos a elles”.<sup>42</sup> Acima de tudo, o estudo dos *tesouros* da América consistia na maneira mais adequada de se retirar “as grandissimas *utilidades* que daqui nos podem resultar”,<sup>43</sup> pois, o território colonial era pensado como um espaço de possibilidades para Portugal. Por conseguinte, embora no Brasil a agricultura fosse o setor mais produtivo da economia colonial, existiu “pouco interesse em melhorar a qualidade da produção de culturas específicas para obter maiores rendimentos”.<sup>44</sup> O historiador Evaldo Cabral de Mello afirmou que “no Brasil, a lavoura de mantimentos não passaria, durante todo o período colonial, de um nível de baixíssima produtividade e rentabilidade, de uma ocupação socialmente desvalorizada, boa só para grupos ou áreas marginais”.<sup>45</sup>

O Marquês do Lavradio em março de 1772 também escreveu ao tio, Principal Almeida,<sup>46</sup> um de seus mais assíduos correspondentes, e aos dois genros, conde de Vila Verde e conde de Tarouca. Porém, o assunto da academia apenas foi compartilhado com Angeja. Nas 16 cartas que enviou no mês de março, inclusive as destinadas ao Marquês de Pombal e a Martinho de Melo e Castro, a academia não foi tematizada. Em uma das cartas a Melo e Castro, na qual o tema principal era o conflito territorial com os castelhanos no Rio Grande de Sul, apresentou a boa produtividade da região em queijos, manteiga e farinha de trigo que seriam enviados a Lisboa, como amostras. A intenção era que Melo e Castro visse “a *qualidade* destez Generos, como os referidoz Generos São dos q nós maiz necessitamos, e os Estrangeiros nos metem em Portugal com tanta abundancia, Levandonos o nosso *dinheiro*”.<sup>47</sup> Na sequência, apontou que em breve remeteria bastante

---

<sup>42</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Códice 1095 – Correspondência do 2º marquês do Lavradio, 1768-1772.** Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, f. 332.

<sup>43</sup> Ibid.

<sup>44</sup> RUSSELL-WOOD, Anthony Jonh R. **Um mundo em movimento.** Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Tradução de Vanda Anastácio. Lisboa: Difel, 1998. p. 266.

<sup>45</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654.** Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: EDUSP, 1975. p. 192.

<sup>46</sup> D. Tomás de Almeida em 1738 ingressou como Principal da Santa Igreja de Lisboa, conhecido como principal Almeida. Foi porcionista do colégio Real de São Paulo de Coimbra e deputado do Santo Ofício.

<sup>47</sup> BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Códice officios do 2º Marquês do Lavradio, 1768-1774.** Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

farinha de trigo, não apenas do Rio Grande, mas também do Rio de Janeiro, negócio que vinha estimulando – *fomentando* – e que “*muitos particulariz q por obzequio a mim principiaõ a fazer esta plantaçaõ; Eu vou ainda muito a medo procurando animaloz para isto enquanto não sei Se EL REY meu Senhor aprova esta rezoluçaõ, quando ella mereça aprovaçaõ do mesmo Senhor*”.<sup>48</sup> Lavradio iniciou os incentivos e aguardou a aprovação real para continuar, o que representava também a espera por reconhecimento pessoal.

A administração de D. Luís de Almeida foi marcada pelo estímulo à agricultura, à criação de gado e aos novos estudos científicos, por isso, à fundação da academia – que ainda é uma característica pouco explorada de sua administração. Todos estes empreendimentos eram melindrosos, diante das características inovadoras e por serem praticados em território colonial. Concorda-se com a observação de Arno Wehling de que o fomento a estas novas reestruturações da economia colonial não teria a mesma intensidade e consequência se o apoio de Lavradio não ultrapassasse as recomendações vindas de Lisboa – o vice-rei era um “Homem de Ilustração, preocupado com as ciências naturais, a difusão da cultura e a aplicação dos conhecimentos, à moda dos ‘filósofos naturais’”,<sup>49</sup> preparado desde muito jovem para ocupar um posto de governo ultramarino.<sup>50</sup> O projeto do *ajuntamento de curiosos* materializava suas intenções governativas e atuava conforme um “ideal administrativo ilustrado de modernização conservadora do Estado Monárquico a partir do fomento do conhecimento científico experimental, voltado para o engrandecimento do Império português como um todo”, como destacou o historiador Paulo César dos Reis.<sup>51</sup>

O vice-rei contou a Angeja sobre o convite feito a Pombal para que se tornasse protetor da academia – convite que também foi estendido ao amigo. Além da longa missiva, Pedro José de Noronha recebeu escritos referentes às primeiras reuniões e aos

---

<sup>48</sup> BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Códice officios do 2º Marquês do Lavradio, 1768-1774*. Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal. Caixa 3, f. 246v.

<sup>49</sup> WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 316, jul-set, p. 239, 1977.

<sup>50</sup> Para mais informações referentes à formação e à atuação governativa do vice-rei consultar o capítulo 3 de: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. *A prática epistolar moderna e as cartas do Vice-Rei D. Luís de Almeida, o marquês do Lavradio: Sentir, Escrever e Governar, 1768-1779*. São Paulo: Alameda, 2013.

<sup>51</sup> REIS, Paulo César dos. *Ciência e Saberes no Rio de Janeiro setecentista: o caso da academia científica do Rio de Janeiro (1771-1779)*. Selo Verde, 2010. Disponível em: <http://pt.calameo.com/read/00154101295bdf8ebd71a>. Acesso em 15 de junho de 2014. p. 68.



estudos inaugurais, como a observação e análise de um cacto vindo da Ásia e da planta mechoação de origem mexicana e que possui atributos medicinais. Lavradio desculpou-se pela extensa missiva, mas acreditava que as notícias seriam agradáveis e justificadas pela curiosidade de Angeja. Os méritos do vice-rei pelo incentivo à história natural devem ser analisados junto aos intentos fomentistas da política pombalina. Segundo Vera Marques, “a criação da Academia Científica foi fruto desse espírito científico empreendedor de vários homens sintonizados com os princípios do movimento das Luzes”.<sup>52</sup>

Os poucos estudos existentes sobre a Academia Científica do Rio de Janeiro apontam a ausência de alguns documentos que seriam cruciais à análise, como as atas das reuniões. No jornal *O Patriota*, de 1814, consta que a fundação da academia foi consequência da aprovação pelo vice-rei da proposta realizada pelo médico José Henriques Ferreira. De acordo com Manuel Joaquim Henriques de Paiva, um dos membros da academia e irmão de José Henriques, a proposta foi feita em dezembro de 1771 e apontava a importância da reunião de pessoas entendidas em algumas matérias, tais como: História natural, Física, Química, Agricultura, Medicina de Cirurgia e de Farmácia.<sup>53</sup> Neste sentido, constata-se que a fundação da academia nasceu do apoio de Lavradio, confluindo com seus interesses de fomentar o desenvolvimento de novas culturas agrícolas para a colônia, ao pretender o reerguimento econômico do reino. Portanto, os anseios curiosos pela desconhecida fauna e flora da América portuguesa, no apogeu da estruturação da história natural, uniram o saber científico aos anseios econômicos de Portugal.

O Marquês do Lavradio exaltou o empreendimento à Angeja e enfatizou que o grupo de curiosos ofereceria um grande favor à monarquia portuguesa.<sup>54</sup> Esta notícia foi

---

<sup>52</sup> MARQUES, Vera Regina Beltrão. Escola de homens de ciências: a Academia Científica do Rio de Janeiro, 1772-1779. **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 43, 2005. p. 43

<sup>53</sup> Sumario da História do descobrimento da cochonilha no Brasil e das observações que sobre ele fez no Rio de Janeiro o Dr. José Henriques Ferreira, médico do vice-rei Marques do Lavradio. **O Patriota**. Jornal litterario, politico, mercantil, & do Rio de Janeiro. Terceira subscrição, n. 1. Janeiro e Fevereiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1814. p. 03.

<sup>54</sup> “Os primeiros socios forão os Medicos Gonçalo José Muzzi, Antonio Freire Ribeiro; os Cirurgioens Mauricio da Costa, Ildefonso José da Costa Abreu, Antonio Mestre, Luiz Borges Salgado; os Boticarios Antonio Ribeiro de Paiva e Manoel Joaquim Henriques de Paiva, e o curioso de Agricultura Antonio José Castrioto: a estes se associarão depois muitos outros tanto nacionaes, como estrangeiros; ligando-se em fim esta Academia com a Real das sciencias da Suecia, que se dignou de convidar por via do seu Secretario, Pedro Wargentín, e do Dr. Pedro Jonas Bergius” Cf.: **O Patriota**. Jornal litterario, politico,

acompanhada por expressiva quantidade de *cousas* curiosas – “remeto por ora hum caixotinho, com hunz buzioz e Conchas, e teria provido a VEx.<sup>a</sup> *muito* mais de todas estas couzas, Se VEx.<sup>a</sup> a mais tempo me tivese encarregado dellas”.<sup>55</sup> Ainda acrescentou que com o adiantamento da pesquisa de um botânico passaria a enviar “*muitas* e admiraveis plantas q hirão hindo com todas as explicaçõens e observaçõens, q sobre ellas se tiverem feito”.<sup>56</sup>

Na década de 60 do século XVIII, chegou a Lisboa o italiano Domenico Vandelli, naturalista e químico, convidado pelo Marquês de Pombal a contribuir com o crescimento dos estudos de história natural em Portugal. Vandelli envolveu-se com a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa, foi diretor do Jardim Botânico, e de 1772 a 1791 foi professor catedrático de Química e História Natural em Coimbra.<sup>57</sup> Neste sentido, D. Luís de Almeida e Pedro José de Noronha, cada um ao seu modo, estavam envolvidos no projeto *academicista* da política pombalina. Os intentos colecionadores de Angeja, ao reunir plantas, animais, minerais e fósseis – muitos deles enviados por Lavradio – o fizeram relacionar-se com Vandelli. Pedro José solicitou auxílio do italiano para criar um jardim botânico particular. Sabe-se que o projeto teve andamento, mas, com a morte de Angeja, na década de 80, não foi concluído. Diante destas questões, constata-se uma imbricação de interesses colecionadores e academicistas na prática de Angeja, que colecionava o que era selecionado, nomeado e estudado por homens envolvidos nos estudos de história natural. Segundo a pesquisadora Cláudia Beatriz Heynemann estes estudos significaram uma releitura da expansão e da colonização da América portuguesa e materializaram-se “naqueles objetos que deviam ser vistos e que eram, assim, exibidos nos estabelecimentos científicos, nas quintas, jardins e viveiros reais”.<sup>58</sup>

---

mercantil, & do Rio de Janeiro. Terceira subscrição, n. 1. Janeiro e Fevereiro. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1814. p. 03.

<sup>55</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Códice 1095 – Correspondência do 2º marquês do Lavradio, 1768-1772**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, f 331v.

<sup>56</sup> *Ibid.*, f 332v.

<sup>57</sup> MARQUES, Adílio J.; FILGUEIRAS, Carlos A. L. O químico e naturalista luso-brasileiro Alexandre Antonio Vandelli. **Química Nova**, São Paulo, vol. 32, n. 90, pp. 2493, 2009.

<sup>58</sup> HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. História e história natural: a escrita da época moderna. In: **XXII Simpósio Nacional de História**, 2003, João Pessoa. Anais do XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003. p. 7.. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.139.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2014.

A carta escrita em abril de 1772, do vice-rei a Noronha, foi sucinta e apontou os problemas enfrentados com o capitão da embarcação que transportaria as curiosidades a Lisboa – questão sempre melindrosa, considerando-se que as *cousas* necessitavam de bom acondicionamento para chegar no destino em perfeita condição. Esta missiva foi acompanhada por diferentes insetos e moluscos. A próxima carta com temas voltados à academia seguiu em outubro, na qual Lavradio repetiu que as preciosidades da América ainda eram desconhecidas e que se dedicaria a pensar em novas modalidades de comércio, superando a ideia de que as riquezas do Brasil resumiam-se em metais preciosos. A produção aurífera no governo de D. Luís de Almeida mostrou evidente declínio e a solução foi contornar a situação através de uma política fomentista, como já argumentado. A decisão da coroa portuguesa incluiu a substituição de importações, diante das novas perspectivas de consumo, como consequência da revolução industrial, portanto, “neste momento, aliás, é que toma impulso a política industrialista de Pombal, e a procura de matérias-primas baratas seria uma consequência natural” conforme argumentou Arno Wehling.<sup>59</sup>

D. Luís comunicou entusiasmado a Pedro José que as amoreiras para o bicho-da-seda na América tinham folhas 10 meses no ano, enquanto na Europa, apenas três. Tal diferença proporcionaria maior produção – “agora considere V. Ex.<sup>a</sup> esta facilidade de produção em hum Paiz tão vasto, se será capês de fornecer todo o preciso *para* as nossaz Manufacturas, sem o mendigarmos dos Estrangeiroz, e ainda a estez Levamos o *que* nos for de subeijo”.<sup>60</sup> Lavradio enfatizou que Portugal possuía condições para se livrar das nações estrangeiras no que se referia às manufaturas e às matérias-primas. No entanto, em relação às pesquisas as notícias já não eram tão promissoras: “Os progreços da Academia Botanica, pouco, posso por hora dizer a VEx.<sup>a</sup> maiz do *que* continua a trabalharse nella, porem vay isto  *muito* devagar, porque como estaz gentez, não tem o intereçe que os anime, esmorecem com grande facilidade”.<sup>61</sup> Na perspectiva de análise

---

<sup>59</sup> WEHLING, Arno. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 316, jul-set, p. 238, 1977.

<sup>60</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Códice 1096 – Correspondência do 2º marquês do Lavradio, 1768-1772**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, f 10.

<sup>61</sup> ARQUIVO NACIONAL. **Códice 1096 – Correspondência do 2º marquês do Lavradio, 1768-1772**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, f 9v

do vice-rei o *grupo de curiosos* necessitava de seus constantes apoios – o que se verifica no abandono das atividades após sua partida em 1779.

Contudo, o que respondia Pedro José a D. Luís? Em janeiro de 1773 o Marquês de Angeja, com uma calorosa saudação iniciou uma conversação com Lavradio e agradeceu as boas notícias e a “Continuação dos excelentes presentes, com que me regalla, excitando cada vez mais a *minha* curiosidade, e enriquecendo o meu Gabinete de Historia Natural”.<sup>62</sup> Na continuação, elogiou o vice-rei: “O conhecimento que V.E. tem das utilidades, que se podem tirar desta Ciencia, faz com que cuide nos preciosos generos, que pode produzir esse continente”<sup>63</sup> – aprovando suas estratégias de governo voltadas ao incentivo do conhecimento natural do Brasil. Nestes primeiros trechos, Noronha ressaltou seu interesse colecionista. Por outro lado, enfatizou a relevância dos conhecimentos de história natural para o desenvolvimento da produção de distintos gêneros no Brasil – imbricando interesses colecionistas e fomentistas.

Em abril de 1773, respondendo a carta enviada por Lavradio em novembro do ano anterior, Angeja agradeceu o tempo que o vice-rei dedicava as suas curiosidades, “e pelo excelente e exquisito peiche”<sup>64</sup> que havia enviado. Com as emissões de D. Luís, Pedro José apontou que seu gabinete de história natural e o seu jardim botânico estariam entre os melhores – ponderação que enfatiza a relevância que o conhecimento de história natural adquiriu no ambiente cortesão. Ainda escreveu que algumas plantas aportaram secas e que seria importante a continuação dos envios, sobretudo, de sementes.

O Marquês de Angeja, em julho de 1773, respondeu uma carta enviada por Lavradio em março daquele ano. Através da correspondência do vice-rei, Pedro José soube que receberia sedas amareladas de certo tipo de aranha, peles, peixes e ouriços-dormar, através de uma remessa encaminhada ao seu filho, conde de Vila Verde. Ao responder a D. Luís, agradeceu as belas borboletas de asas semelhantes às folhas verdes e os insetos que tinha recebido e ponderou que “A sêda das arânhas q’ V.Ex.<sup>a</sup> me remetêo he certamente Couza admiravel, e digna de todo o exâme e ponderação, pello q’ espero

---

<sup>62</sup> BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. *Correspondência do 2º Marquês do Lavradio*. Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Brasil, Caixa 1 e 2.

<sup>63</sup> *Ibid.*, Caixa n. 2.

<sup>64</sup> *Ibid.*

com *muito* alvoroço, como V.Ex.<sup>a</sup> me promete, de maior *quantidade*”.<sup>65</sup> Tal admiração resultou em dúvidas sobre a produção deste tipo de seda. Nesta comunicação, os interesses de Angeja não se mostraram apenas colecionistas, mas, sobretudo, voltados ao fomento da economia imperial portuguesa. Pedro José também relatou sua preocupação com o envio de pássaros que muitas vezes fundeavam em Lisboa mortos e quando chegavam vivos, não sabia como alimentá-los.

Em carta ao ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro, em abril de 1774, D. Luís de Almeida avisou do recebimento de dois ofícios que ordenavam o envio às quintas do rei D. José I de “todas as *qualidades* de Pasaroz” que na América fossem descobertos. O vice-rei advertiu que o envio poderia demorar, considerando que grande parte dos pássaros estava habituada a “comer bananas, e outras Frutas, as quaez se não podem conservar no tempo da dilatada viagem, q costumão ter os Navios *quando* vão *para* Europa, que se faz preciso ver se os posso primeiro costumar a outra casta de sustento, afim q posão chegar vivoz”,<sup>66</sup> e o mesmo estava a realizar com as “Antaz, Tamanduaz, e dos maiz Animaiez, q se poderem descobrir”. Por conseguinte, os envios do vice-rei tiveram dupla função: a formação de coleções e o fomento econômico.

A última escrita de Lavradio a Angeja, presente nos acervos pesquisados, é uma carta de ofício, diferente das de amizade que até o momento foram analisadas. Nesta missiva, de outubro de 1777, o tema principal foi o atraso e o desfalque no envio, não dos tesouros naturais, mas dos quintos reais.<sup>67</sup> O ano de 1777 foi marcado por fortes transformações, como a morte de D. José I, a queda do Marquês de Pombal e os conflitos de fronteira na América meridional. Com tais modificações políticas, o Marquês de Angeja assumiu o Erário Régio após a dispensa de Pombal. Quando Pedro José de Noronha respondeu o vice-rei em novembro, sabendo da questão dos quintos por carta de Lavradio enviada ao visconde de Vila Nova da Cerveira,<sup>68</sup> as notícias referentes à família

---

<sup>65</sup> BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Correspondência do 2º Marquês do Lavradio.** Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Brasil, 49B.

<sup>66</sup> BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Código ofícios do 2º Marquês do Lavradio, 1768-1774.** Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal. Caixa 3, f. 333.

<sup>67</sup> BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Correspondência do 2º Marquês do Lavradio.** Portugal, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal. Coleção Brasil, 42B

<sup>68</sup> Tomás Xavier de Lima Nogueira Vasconcelos Teles da Silva, foi visconde de Vila Nova da Cerveira e 1º marquês de Ponte de Lima (1727-1800). Foi secretário de Estado dos Negócios do Reino, cargo que assumiu após a saída do marquês de Pombal.

e ao mundo natural ficaram ausentes, pois se tratava de uma carta entre dois representantes da monarquia portuguesa, diferente da conversação mantida nas cartas de amizade, nas quais os assuntos oscilavam entre a vida particular e pública.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maior parte da troca epistolar entre D. Luís de Almeida e Pedro José de Noronha foi iniciada com a delicada e comum saudação, “Meu Primo, meu Amigo e meu Senhor”, por vezes, acrescido “do coração”, indicando não apenas uma relação afetiva, mas, que conheciam a tratadística epistolar do século XVIII, sobretudo, por terem uma formação voltada à vida pública. A escolha das expressões que iniciavam uma carta era decisiva para que a conversação começasse e se mantivesse harmoniosa.<sup>69</sup> A escrita particular de D. Luís e Pedro José foi amigável, constante, sobretudo, pela parte de Lavradio, e motivada por notícias da família, da saúde e pelo principal interesse que compartilharam: a história natural voltada às curiosidades da América.

O Marquês do Lavradio como vice-rei do Brasil acompanhou e incentivou as mudanças educacionais que estavam a ocorrer em Portugal. Quando recebeu os novos estatutos da Universidade de Coimbra dividiu com Pombal os sentimentos deste momento, “creya V. Ex.<sup>a</sup> que o repito sem Lizonja não se pode esplicar aseitação, os eLogios, e o gosto com que vejo em toda esta *Capital* descorerem todos sobre esta tam importante, como incomparavel obra”.<sup>70</sup> Na finalização da correspondência ressaltou que Pombal era seu protetor e que dele dependia sua felicidade, “espero queira desculpar ao meu Zelo algum exceço, Se eu o cometi; e torno a rogar a V. Ex.<sup>a</sup> me não dezempare, pois só na porteção de V. Ex.<sup>a</sup> tenho todas as minhaz esperanças”.<sup>71</sup> O vice-rei pretendia

---

<sup>69</sup> Para saber mais sobre a tratadística epistolar conferir: CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. “Aqui se abre hum largo theatro ao engenho do Secretário principiante”: a escrita de cartas segundo Francisco J. Freire (Portugal – Séc. XVIII). *História Revista*, Goiânia, v.15, pp. 13-29, 2010

<sup>70</sup> INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIRO **Carta de D. Luís de Almeida a(...), marquês do Lavradio, a Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal**, acusando a chegada dos novos Estatutos da Universidade, aos quais tecia elogios. Declarava ser necessária a assistência aos Caixas do Contrato dos Diamantes. Rio de Janeiro, Brasil, 26 de março de 1773. Brasil, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros. Coleção Alberto Lamago, códice 16, documento 43.

<sup>71</sup> INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIRO **Carta de D. Luís de Almeida a(...), marquês do Lavradio, a Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal**, acusando a chegada dos novos Estatutos da Universidade, aos quais tecia elogios. Declarava ser necessária a assistência aos Caixas do Contrato dos Diamantes. Rio de Janeiro, Brasil, 26 de março de 1773. Brasil, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros. Coleção Alberto Lamago, códice 16, documento 43.



manter o apoio de Pombal durante seu governo e esperava que suas ações, como o apoio à Academia Científica do Rio de Janeiro, agradassem ao ministro.

Nesta breve reflexão colocou-se em diálogo a relação epistolar pendular de Lavradio e Angeja, sendo esta correspondência fonte inestimável a historiografia do império luso-brasileiro. Quando D. Luís de Almeida afirmou “remeto por ora hum caixotinho” deve-se considerar que mais do que curiosidades estavam sendo remetidas. Questões de fomento econômico para o Brasil, estratégias políticas de reconhecimento na corte, promoção ao desenvolvimento da ciência natural no império português, além de interesses pessoais atravessaram o Atlântico ao lado de borboletas, moluscos, bálsamos e cochonilhas. Portanto, entre relações pessoais e públicas, as cartas de Angeja e Lavradio contribuem para a problematização dos complexos acontecimentos passados nos últimos anos do século XVIII.

**RECEBIDO EM: 04/11/2014**

**PARECER DADO EM: 15/02/2015**



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)